
ACERCA DOS AÇORES E DO ACTUAL TRAÇADO
DOS LIMITES DOS COMANDOS ATLÂNTICOS DA OTAN

Raul François Martins

ACERCA DOS AÇORES E DO ACTUAL TRAÇADO DOS LIMITES DOS COMANDOS ATLÂNTICOS DA OTAN

1. *As diferentes opiniões e a colocação do problema*

Desde o fim da década de setenta que tem vindo a ganhar força, entre analistas e responsáveis políticos portugueses, a ideia da conveniência, para Portugal, na alteração do traçado dos limites dos Comandos atlânticos, de forma a que os Açores passassem da área de responsabilidade do WESTLANT, com sede nos EUA, para a área IBERLANT, com sede em Lisboa. A partir da entrada da Espanha para a OTAN, a convicção dessa conveniência reforçou-se, e o actual governo, bem como os chefes militares portugueses, têm-na expressado pública e repetidamente. Responsáveis da Aliança, como o general Altenburg, ex-presidente do Comité Militar, e Lord Carrington, ex-secretário geral, ambos quando ainda no desempenho daquelas funções, também exprimiram publicamente a sua aprovação ao ponto de vista português sobre essa matéria⁽¹⁾. Recentemente, declarações do Governo português afirmam a anuência dos EUA à transferência dos Açores, transferência que porém se limitaria às responsabilidades de defesa territorial das próprias ilhas (que são as do ISCOM AZORES) e não às responsabilidades de vigilância e controle da vasta área marítima que, para esses efeitos, depende das Forças dos EUA baseadas nos Açores.

Não tem, porém, sido unânime, entre os analistas e políticos portugueses, a adesão àquela ideia. Nos últimos tempos, sobretudo, tem-se verificado, ao que me parece, um relativo aumento da frequência de artigos pondo em causa as possíveis vantagens da alteração pretendida⁽²⁾. Uns argumentam a irrelevância dessa alteração, recordando que tanto o

(1) Veja-se, por exemplo, artigo de 2 de Março de 1987, no jornal «Cambio 16» da autoria de Edmundo Couto Torres, correspondente em Lisboa.

(2) Esses artigos têm sido publicados em diversos jornais, diários e semanais, escritos por alguns dos mais conceituados e conhecidos especialistas portugueses nestas matérias.

IBERLANT como o WESTLANT são comandos subordinados do ACLANT, com sede nos EUA, que o comando do IBERLANT, embora atribuído a um almirante português, não é um comando português mas sim um comando OTAN, e que o traçado dos limites dos vários Comandos OTAN tem a ver com as responsabilidades geoestratégicas daqueles Comandos na perspectiva global daquela Organização, e não com os espaços de soberania dos vários países membros, aduzindo com demonstração de tal facto a repartição dos territórios de vários outros países por Comandos diferentes, e também a atribuição de Forças militares do mesmo país a vários Comandos, como acontece aliás em Portugal, com forças atribuídas ao ACE e ao ACLANT. Outros, argumentam mesmo a inconveniência, para os interesses portugueses, da inclusão dos Açores no IBERLANT, alegando que tal inclusão implicaria necessariamente a possibilidade da Espanha obter o controle da parte atlântica do eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, amputando assim o IBERLANT das suas responsabilidades na vigilância e controle dos acessos do Atlântico Sul para o Norte e das entradas atlânticas no estreito de Gibraltar, afastando Portugal duma área que esses analistas consideram de interesse vital para a Segurança Nacional, perca essa que não seria compensada pela integração dos Açores numa «entidade desvitalizada» como é o IBERLANT. Alegam ainda, na mesma linha de argumentação, o facto de que constituiria uma vulnerabilidade nacional conceder à organização militar da OTAN o papel de «agregador da coesão dos territórios portugueses», «sendo um grave risco de soberania entender o espaço estratégico nacional como a secção portuguesa da OTAN», acrescentando por vezes que a situação que viria a ser criada com a inclusão dos Açores e exclusão das Canárias viria agravar a dependência portuguesa relativamente aos EUA, enquanto que a permanência dos Açores no WESTLANT poderia funcionar, de certo modo, como equilibradora da pressão hegemónica da Espanha. Finalmente, têm aparecido também argumentos pondo em relevo a dificuldade da Aliança poder aceitar uma proposta que conduziria à fragmentação do IBERLANT em duas áreas (Madeira-Açores a Norte, Canárias a Sul) com todas as implicações negativas que isso traz aos importantes «requisitos estratégicos e políticos postos pela direcção e controlo de qualquer área ou ponto focal marítimo».

Estes argumentos, que procurei listar de forma sintética e que me parecem conter o essencial da oposição à ideia da inclusão dos Açores

no IBERLANT, organizam-se em torno de três aspectos: questões que poderemos talvez designar por «técnicas», relacionadas com a própria organização e funcionamento da estrutura militar da Aliança, questões político-estratégicas relacionadas com o papel da Espanha no Atlântico, questões político-estratégicas ligadas à relação bi-lateral entre Portugal e os EUA. Julgo que os aspectos relacionados com a organização e funcionamento da estrutura militar da Aliança não são relevantes para o fundo do problema, isto é, não serão geradores nem das dinâmicas que pretendem a alteração dos limites do IBERLANT, nem daquelas que se lhes opõem, mas funcionarão apenas como obstáculos ou condições àquela. O fundo de todo este problema estará pois ligado às relações entre Portugal, a Espanha e os EUA e residirá muito menos no âmbito geral da OTAN, do que no dos problemas de Segurança e de Soberania no interior da Região Ibero-Magrebiana, em cujo contexto deve ser analisado. É o que tentarei fazer a seguir.

2. Portugal e Espanha: Unidos pela Geografia, separados pela História

As relações entre Portugal e a Espanha têm duas determinantes profundas, permanentes, geradoras contínuas de influências culturais e psicosociológicas, e de condicionantes materiais, que são a Geografia e a História. A Geografia faz de Portugal uma pequena faixa junto ao Atlântico no extremo da Península mais afastado da Europa, isto é, periférico numa região que já é periférica, e envolvido por todos os lados terrestres por uma Espanha cerca de quatro vezes mais extensa e mais populosa, seu único vizinho. Isto é, a Espanha cerca Portugal, monopolizando as suas fronteiras terrestres, domina-o com a sua maior dimensão, interpõe-se entre ele e o resto do Continente em cujo extremo Ocidental se situa. Quanto à História, faz de Portugal o único sobrevivente de um punhado de países que se constituíram na Península durante a Idade Média, representante pertinaz da tendência politicamente «fragmentadora/centrifuga» que, na Península, como em muitas outras regiões geograficamente definidas, sempre coexistiu com, e se opôs à, tendência «unificadora/centrípeta». Pelo contrário, a Espanha resultou do exercício desta tendência unificadora, e sentir-se-á sempre incompleta enquanto a sua soberania não se estender à totalidade geográfica que a Península representa.

Desde a fundação da nacionalidade, as relações entre Portugal e Castela, depois entre Portugal e a Espanha que resultou do êxito unificador de Castela, foram sempre marcadas por conflitos surgidos do confronto destas tendências, materializadas na vontade de independência de Portugal, e na vontade de hegemonia da Espanha.

A estas duas determinantes profundas, juntam-se hoje três aspectos da realidade social, política, e económica, do dois Estados, e do contexto internacional que os envolve, que, entre muitos outros, me parecem especialmente relevantes em termos de influência directa nas relações mútuas. São eles o desigual desenvolvimento económico, a questão autonómica, e a situação sócio-política dos dois países.

O desigual desenvolvimento económico, que é um fenómeno relativamente recente — iniciado nos anos sessenta — mas que marca já uma muito grande diferença na riqueza das duas comunidades, permite à Espanha gastar muito mais do que Portugal, mesmo que, eventualmente, comprometendo percentagens mais baixas do seu PNB, com as suas Forças Armadas, que assim se tornaram muito mais poderosas do que as portuguesas, não apenas na proporção da desigual dimensão dos dois países, que seria de um para três ou para quatro, mas numa proporção que ronda o um para seis quanto a efectivos, e em proporções ainda mais desvantajosas quanto à modernidade, quantidade, e eficiência, dos sistemas de armas.

Permite também à Espanha gastar mais dinheiro com a cultura e a educação, acontecendo assim que o dinamismo das iniciativas culturais espanholas ofusca para o exterior a modéstia (e também falta de originalidade) das portuguesas, como se está vendo, por exemplo, a propósito dos Descobrimientos, e que as Universidades Espanholas sejam em número e dimensão que lhes permite ter vagas disponíveis, as quais têm sido aproveitadas por estudantes portugueses impedidos de frequentar as nacionais, insuficientes para as nossas necessidades. Permite ainda à Espanha, através do seu superior dinamismo económico, vir a dominar progressivamente, não só os fluxos comerciais e financeiros entre os dois países, como até o próprio tecido produtivo português, pela via dos investimentos, da aquisição de capital social, da instalação de agências, sucursais e delegações, etc. Isto é, a desigualdade do desenvolvimento económico, tendo-se tornado muito grande (produto nacional bruto «per capita» espanhol duplo do português), potencializando a desigual dimensão dos dois países, não só veio dar à

Espanha o estatuto de grande potência militar da região ibero-magrebiana, o que só por si é elemento importante de hegemonia, como também a torna centro de atracção cultural e de influência económica, um e outro também vectores de hegemonia. Na história das relações entre os dois povos, há um outro momento em que a economia espanhola, então em ascensão, se contrapôs ao depauperamento da economia portuguesa esgotada por um excessivo esforço: foi na segunda metade do século XVI, e preparou 1580. Se é verdade que a História não se repete, isso não implica que, circunstâncias semelhantes, sobre motivações e condicionantes idênticas, não venham a produzir, se não os mesmos resultados, pelo menos as mesmas tendências. Ora, como as grandes condicionantes geográficas se mantêm, e como continuam a existir fortes motivações integradoras — as correntes «iberistas» — em ambas as comunidades, o risco da tentação federativa certamente existe e estará sendo cada vez mais elevado.

A questão autonómica insere-se nesta problemática de forma complexa. À primeira vista parecerá que a afirmação das autonomias regionais espanholas, vitória da tendência «fragmentadora/centrífuga», terá vindo diminuir a força da tendência unificadora. No entanto, duas consequências do processo autonómico contrariam esse enfraquecimento. Uma, resultando directamente da descentralização espanhola, é a modificação da forma que reveste a ameaça unificadora para Portugal. Já não se põe o problema da perda, pura e simples, da independência, mas sim o de ser parte, como parceiro igual, numa espécie de Federação Ibérica, ao lado de uma Catalunha, de um país basco, de uma Andaluzia, uma Castela, etc. Essa fórmula parece muito mais atraente, e por isso é muito mais perigosa. A capital dessa federação, naturalmente, seria Madrid, por razões históricas, e de conveniência política, e a língua dominante, naturalmente também, teria de ser a espanhola... A autonomia resultante para cada uma das partes da Federação talvez fosse suficiente para quem era uma simples província, mas não me parece que seja aceitável para um povo com mais de oitocentos anos de História independente.

A outra consequência que contraria os efeitos enfraquecedores da descentralização é a reacção à própria descentralização. Posto perante reivindicações fortes de comunidades histórica e culturalmente diferenciadas, que se não forem eficazmente controladas poderiam levar à fragmentação do Estado espanhol, este procurará o remédio tradicional da afirmação

internacional para aumentar a coesão interna. O grande dinamismo e a grande capacidade na área das relações internacionais que o governo espanhol tem vindo a demonstrar pode corresponder a esta linha de actuação. E nela pode vir a inserir-se, se é que não se insere já, a vontade de atrair Portugal para qualquer forma de Federação Ibérica que mantivesse a capital em Madrid e a forma exterior da Espanha, então alargada a toda a Península, corrigindo finalmente o que para muitos espanhóis (talvez para todos) foi o erro de 1640.

Isto é, a resultante final da questão autonómica pode bem ser o aumento da tentação espanhola para atrair Portugal pela via da afirmação internacional, conjugado com o aumento da tentação portuguesa para integrar a Espanha, pela via da sedução federativa.

Quanto à situação sócio-política dos dois países, integra um grande número de factores pertinentes, que a dimensão deste trabalho não permite contemplar na totalidade e também ela se insere de forma complexa no relacionamento entre ambos. Dois daqueles factores me parecem ser os mais importantes na óptica que tenho vindo a utilizar nesta análise: a democratização das duas comunidades, a sua inserção paralela nas grandes organizações internacionais do Ocidente e da Europa, a OTAN, a CEE, a UEO. Duas das consequências variadas desta situação no relacionamento entre Portugal e a Espanha me parecem ser as principais: a improbabilidade do conflito armado, a inevitabilidade do conflito estratégico.

De facto, ambos os países praticando regimes sócio-políticos de cariz demo-liberal, torna-se altamente improvável que um deles utilize a Força Armada para anexar o outro, ainda para mais sendo ambos aliados na mesma aliança e integrados ambos na mesma organização internacional, parcialmente já supra-nacional, que os liga a uma vasta corrente europeia tendencialmente federativa. Enquanto estes aspectos se mantiverem, a hipótese da conquista armada, apesar de ser tecnicamente exequível dada a diferença actualmente existente entre as Forças militares dos dois países, é praticamente impensável.

Já, por outro lado, o regime demo-liberal não impede que da situação geográfica e da relação dos dois países num contexto internacional mais vasto, a nível europeu e mundial, resultem conflitos de interesses entre ambos, conflitos esses que o facto de ambos pertencerem à OTAN e à CEE não só não elimina, mas pode até agravar. Esses conflitos podem

acontecer onde quer que os interesses dos dois países, sendo confluentes, se oponham, designadamente na exploração de recursos naturais como as pescas ou os rios, na busca de uma posição de relevo na articulação entre a Europa e as comunidades americanas e africanas, na sobreposição dos interesses geoestratégicos. Destes conflitos, os que ocorram nas áreas das Relações Internacionais e, sobretudo, dos interesses geo-estratégicos, poderão conduzir à progressiva substituição da capacidade de afirmação portuguesa pela capacidade de afirmação espanhola em sectores usualmente de influência portuguesa, podendo resultar disso, a médio prazo, o absoluto apagamento da nossa já escassa capacidade de intervenção e influência no sistema mundial das Relações Internacionais, aparecendo aos olhos do Mundo a Espanha como o único Estado que realmente conta na Península Ibérica. Conjugado com as determinantes profundas e permanentes da Geografia e da História, e com os vectores de atracção e controle configurados pelo desigual desenvolvimento económico, e pela questão autonómica, este apagamento progressivo da nossa capacidade de afirmação internacional pode fechar o estojo que, de forma quasi insensível mas pertinaz, nos vai encerrando no seio da hegemonia espanhola. E, na questão geo-estratégica, absolutamente fundamental para o apagamento internacional português, ou para a recusa desse apagamento, a pertença simultânea dos dois países às mesmas organizações, OTAN, CEE, e UEO, pode tanto agravar a situação portuguesa, como, pelo contrário, ajudá-la, conforme a consciência que tivermos da situação, e o esforço, se for devidamente orientado, que pusermos na melhoria do controle nacional do nosso espaço geo-estratégico.

3. O risco da hegemonia espanhola, e a questão geo-estratégica

Essa importância do controle do nosso espaço geo-estratégico constitui um dos elementos principais para a discussão do tema a que este trabalho se subordina. A análise das nossas relações com a Espanha tornou-se pois necessária para inserir o problema geo-estratégico no problema mais geral dessas relações, tentando tornar claras as razões pelas quais o perigo da hegemonia espanhola estará sempre presente nas relações entre Portugal e Espanha, e pelas quais, no momento actual, esse perigo se afirma com determinada força. A admissão da existência desse perigo é elemento funda-

mental para afirmar a necessidade da inclusão dos Açores no COMIBER-LANT, e, inversamente, a sua negação poderá ser suficiente para afirmar a irrelevância ou até a inconveniência daquela inserção.

Em termos geo-estratégicos, o problema luso-espanhol, na perspectiva do risco hegemónico, pode talvez decompor-se em quatro sub-questões: a da definição da ou das unidades geoestratégicas da Península ou da Região que a inclui, a da definição das aptidões e vocações geoestratégicas na Península ou na Região que a inclui, a da definição dos espaços de responsabilidade e das zonas de interesse estratégico, a dos meios militares disponíveis e aplicáveis.

Para muitos autores, entre os quais todos os espanhóis, e parte dos portugueses, a Península Ibérica constitui uma unidade estratégica. Esta convicção vem-lhes da evidência da unidade geográfica que é a Península, a qual se lhes impõe, dela decorrendo a percepção de que essa unidade geográfica se insere por inteiro, e com autonomia, no mesmo conjunto de aptidões estratégicas. Ora este ponto de vista é discutível. Por um lado, a unidade geográfica pode ser menos indivisível do que à primeira vista parece, e por outro a sua autonomia em termos das funções ou vocações estratégicas é mais aparente do que real, o que levanta também o problema da Península ser parte ou não de um espaço geoestratégico mais vasto (incluindo o Magrebe marroquino e todos os arquipélagos vizinhos entre os quais os Açores) e só fazer sentido, ou não, como parte desse espaço mais vasto, o que por sua vez se relaciona com o problema teórico do que se entende por uma função estratégica. De facto, a geografia em si mesma e isoladamente não é, nem pode ser, determinante da estratégia, mas apenas elemento mais ou menos importante para a sua elaboração, tanto mais ou tanto menos importante quanto os meios de comunicação de que o homem dispõe permitam libertar-se mais, ou menos, dos condicionamentos que a Geografia impõe aos fluxos, dos exércitos, dos meios, das informações, e permitam ou obriguem a utilizar menos, ou mais, os mares, os rios, os colos das montanhas, as planícies, as gargantas, para aqueles fluxos. É do diálogo tecnológico entre o homem, a distância, e o acidente geográfico, que vem o essencial da importância da Geografia para a Estratégia. Assim, a valia e a função geoestratégica de qualquer região depende de factores tecnológicos (sistemas de armas, aproveitamento de recursos, sistemas de comunicação...), factores políticos (que ameaças, que inimigos, que soberanias

confluem na região...) e factores operacionais (que relação entre as Forças que podem intervir de imediato, a curto, a médio prazo, que doutrinas de emprego...). Por outro lado ainda, uma estratégia (que é servida pela Geoestratégia e não o contrário), decide-se tendo em conta estudos de situação políticos, estudos de situação militares, estudos de situação sócio-económicos, e procurando atingir objectivos, sendo essa decisão tomada por Poderes Políticos soberanos, ou que pretendem tornar-se tal. Todos estes aspectos têm que ser levados em conta quando se fazem estudos geoestratégicos, em especial as soberanias políticas, os objectivos, os estudos de situação, e as capacidades tecnológicas, pois deles todos vão depender as funções a atribuir ao espaço geográfico, bem como a importância desse espaço para essas funções, e a configuração do espaço que melhor as serve, do ponto de vista do utilizador. Torna-se então claro que conforme o entendimento que *cada* utilizador ou potencial utilizador da posição geoestratégica tenha de cada um desses factores, da hierarquização das suas importâncias relativas, da incidência de cada um, e da sua relação mútua, possam resultar diversas concepções da configuração do espaço geoestratégico e da definição das suas missões ou vocações. Por sua vez, os meios militares disponíveis pelo utilizador ou utilizadores, actuais ou potenciais, são elementos decisivos não só para aquele entendimento, mas também para a validação das teses ou doutrinas estratégicas que de tais entendimentos resultem.

Deste modo, a tese da Península unidade geoestratégica é possível, quer como Península isoladamente, quer como Península mais arquipélagos atlânticos das Canárias e da Madeira, quer como Península mais aqueles arquipélagos e a costa noroeste de África, quer como Península mais aqueles arquipélagos, aquela costa, e o arquipélago dos Açores, quer ainda como Península e o arquipélago dos Açores. Todas estas concepções da unidade geoestratégica «Península» são possíveis, como é possível encarar os Açores isoladamente como uma unidade geoestratégica, como é também possível, mesmo com escandalizada oposição de muitos geoestrategos, conceber a divisão da Península geográfica em várias unidades geoestratégicas. Tudo depende das entidades políticas em confronto, dos interesses em disputa, dos meios e forças aplicáveis.

A tese da Península unidade geoestratégica, tal como é normalmente apresentada, está referida ao confronto «Leste-Oeste», e parece-me decorrer directamente da valorização extremada de duas funções possíveis para

a Península nesse confronto, a função de articulação/ligação Europa-África, e a função de plataforma logística de apoio a uma frente europeia, ambas podendo reconduzir-se à função da Península «entrada sul-oeste» da Europa. Parece-me incluir uma certa mistura de elementos geoestratégicos propriamente ditos, ligados àquelas funções, com elementos políticos ligados à existência das soberanias peninsulares sobre os arquipélagos atlânticos, arrastando assim esses arquipélagos para a Unidade Península, pela via das soberanias políticas, independentemente de uma aprofundada consideração das funções geoestratégicas de cada um em si mesmo.

De facto, aquelas duas funções são compatíveis entre si, até complementares, são funções da Península, e funções importantes. Os arquipélagos da Madeira e das Canárias contribuem efectivamente para a primeira, mas são dispiciendos para a segunda, e tanto para a primeira como para a segunda o noroeste do Magrebe tem potencialidades que não podem ser ignoradas, podendo servir quer de alternativa, quer de complementaridade, quer de oposição, à Península e àqueles arquipélagos. A não inclusão da costa do Magrebe na «Unidade geoestratégica Península Ibérica» só pode pois explicar-se pela aplicação de um critério político, já que em termos exclusivamente geoestratégicos deveria fazer parte da mesma região, ou «unidade», pelo menos tanto quanto aqueles dois arquipélagos. Quanto aos Açores, a sua inclusão na «Unidade Península» que, aliás, nem sempre é feita, dever-se-á ainda mais claramente àquela influência dos critérios da soberania política, já que a sua participação na função «articulação Europa-África» é nula, e na função «base logística de retaguarda» é forçada, pois nela participa mais como plataforma de apoio aos fluxos para essa base do que como parte integrante dela.

Mas, acontece que a Península não é só ligação Europa-África, é também ligação Europa-América, e não é apenas base logística de retaguarda de uma frente europeia, é ela própria também frente. Frente que, apensar das teses espanholas, não o é somente face a um envolvimento pelo flanco mediterrânico (o que se poderia considerar englobado na função de base de retaguarda) mas que o é sobretudo face à «batalha do Atlântico Norte», inevitável caso aconteça a guerra na Europa, decisiva, a ser travada desde os primeiros momentos daquela guerra. A importância das duas funções que agora refiro ultrapassa, em meu entender, a das duas anteriormente citadas, e não pode deixar de ser tida devidamente

em conta quando se estuda a Península em termos geoestratégicos. Ora estas duas funções apontam para um outro eixo de esforço, um eixo para o qual o Mediterrâneo é irrelevante, o Atlântico Sul se torna menos importante do que o Atlântico Norte, onde os Açores adquirem um papel central, a Madeira, as Canárias, o Magrebe e Gibraltar assumem um papel periférico e complementar, de «tampão», a costa portuguesa e a Galiza aparecem como as principais entradas para os fluxos atlânticos e as principais bases de apoio para uma batalha centrada nos Açores. A consideração simultânea das quatro funções permite então, aconselha mesmo, a divisão da Península em duas unidades geoestratégicas, aproveitando, agora sim, plenamente e com boa lógica, a divisão política entre as duas soberanias, Portugal, vocacionado para o Atlântico e voltado para Oeste, a Espanha vocacionada para o Mediterrâneo e voltada para Sul e Sudoeste, divisão política que aliás desde sempre esteve intimamente ligada à diversidade de «funções» geoestratégicas dentro da Península geográfica, uma realidade que a História demonstra.

A tese da Península unidade geoestratégica é pois discutível, e, em meu entender, menos correcta do que a tese da Península elemento de uma região geoestratégica complexa, onde podemos e devemos distinguir várias funções geoestratégicas, apoiadas em diversos pontos geográficos. Além disso a tese da «Unidade» tem vários corolários altamente inconvenientes, parece-me, para os interesses nacionais. Um deles, é o de que, sendo toda ela uma só unidade, as funções geoestratégicas deveriam ser, não só coordenadas em todos o seu espaço, mas essa coordenação centralizada, sob uma direcção única, o que aponta para Comandos luso-espanhóis, onde a muitíssimo maior força militar espanhola acabaria por subordinar completamente Portugal, *mesmo no seu próprio espaço*. Um outro corolário é o de se reforçar a ideia de que uma dualidade de soberanias políticas na Península é uma grande vulnerabilidade para os povos que nela existem, já que a divisão política dificulta o aproveitamento das potencialidades da suposta unidade geoestratégica. Outro corolário ainda, é o de que os Açores são relativamente pouco importantes para o aproveitamento daquela «Unidade», não mais importante do que a Madeira, e provavelmente menos do que as Canárias, já que estão mais longe, e descentrados relativamente ao Norte de África, ao Atlântico Sul, e a Gibraltar.

Pelo contrário, a tese da região geo-estratégica mais vasta que a Península, e mais complexa, adapta-se melhor aos tempos modernos que exigem maiores espaços, valoriza as soberanias políticas ao invés de tender a desvalorizá-las, permitindo *repartir* as tarefas e responsabilidades geo-estratégicas em vez de aconselhar a sua centralização. Nessa repartição, Portugal pode legitimamente reivindicar um papel próprio diferente do espanhol, apesar da zona de interesses estratégicos dos espanhóis abranger, naturalmente, todo o espaço português, do mesmo modo que a zona de interesses estratégicos portugueses também abrange uma parte do espaço espanhol. Mas há que distinguir, cuidadosamente, o que é espaço nacional, o que é zona de responsabilidades estratégicas o que é posição ou espaço (eixo, triângulo...) geoestratégico, o que é zona de interesses estratégicos ou geoestratégicos. O facto de os interesses se sobreporem, não implica que as responsabilidades se sobreponham, e se não houver unidade geo-estratégica, nem sequer é aconselhável que as responsabilidades sejam geridas conjuntamente, antes se torna preferível que sejam repartidas. É por isso que, embora a Espanha seja tanto atlântica como mediterrânica, a sua tradição histórica, a maior aptidão geoestratégica do seu território, a dominante doutrinação dos seus pensadores e políticos, aconselham atribuir-lhe responsabilidades principais nas funções de articulação Europa-África e de base logística de apoio e rectaguarda relativamente a uma frente europeia, enquanto que as razões históricas, geoestratégicas, e políticas, aconselham atribuir a Portugal responsabilidades principais nas funções de ligação Europa-América e de base de apoio à linha da frente na batalha do Atlântico. Deste modo, o eixo Canárias-Gibraltar-Baleares seria naturalmente concebido como uma responsabilidade espanhola, embora com interesses portugueses, e o triângulo Madeira-Açores-Lisboa seria percebido facilmente como uma responsabilidade portuguesa, embora com interesses espanhóis.

Nesta discussão doutrinária e teórica da questão da «Unidade» geo-estratégica da Península, não reside, porém, o único obstáculo para a plena aceitação do princípio da repartição das responsabilidades geoestratégicas da forma acima indicada, sem dúvida a mais conveniente para os interesses portugueses na Península, face à hegemonia espanhola. Um outro tipo de obstáculos àquela plena aceitação internacional, designadamente no seio da OTAN, e em especial face aos EUA, reside na excessiva

fraqueza do aparelho militar português, não só insuficiente, como mal adequado a um mínimo credível de eficácia na assunção daquelas responsabilidades em tempo de Paz (nível de controle), ou de partilha delas, que seja um pouco mais do que simbólica, em caso de Guerra (nível de combate). Enquanto esse mínimo não for atingido pelas nossas Forças Armadas, a opinião interessada, nos países aliados, tenderá sempre, fortemente, a perfilhar a tese da Unidade geoestratégica da Península, que justifica o poder atribuir-se a responsabilidade militar global ao país que tem meios para isso, a Espanha.

4. *Os interesses americanos, e a questão geoestratégica*

Essas dificuldades ligadas à definição do espaço peninsular, em termos geoestratégicos, de uma forma mais de acordo com os verdadeiros interesses portugueses, serão, quanto a mim, provavelmente, o problema maior no relacionamento entre Portugal e os EUA, pelo menos na óptica das políticas de Segurança e Defesa dos dois países, com reflexos, julgo que inevitáveis, nas outras áreas desse relacionamento, designadamente em questões que atraem mais a atenção dos «mass-media», como, por exemplo, das contrapartidas pela utilização das Lages.

De facto, parece-me claro que os EUA deverão ter uma percepção própria da Região Ibero-Magrebiana, em termos geoestratégicos, diferente da que tem a Espanha e da que tem Portugal, mas, muito provavelmente, mais próxima da espanhola do que da portuguesa. Para eles, a região deverá aparecer não como um todo, mas dividida segundo diferentes pontos de apoio que dentro dela encontram para as diferentes funções que lhes interessam, numa perspectiva intercontinental, de fora da região, e para fora dela. Assim, o Magrebe será percebido como um potencial apoio a acções de controle do Atlântico Sul nos acessos quer ao Mediterrâneo, quer ao Atlântico Norte, função geoestratégica que do mesmo modo e com valias aproximadas também pode ser apoiada nas Canárias e na Madeira, de forma alternativa ou complementar, mas diferenciadas estas três posições, relativamente à função, pelas soberanias de que dependem e respectivas forças militares, estabilidade, e orientações políticas, pelas facilidades portuárias e aeroportuárias já instaladas, pelas opções geoestratégicas suplementares que possam fornecer, aspecto este que valoriza

o Magrebe relativamente aos arquipélagos, já que aquele permite o acesso fácil por terra ao Mediterrâneo ligando o Atlântico Sul à margem meridional do estreito de Gibraltar.

A Península Ibérica, para os americanos, poderá provavelmente apresentar-se como um potencial apoio a acções de posicionamento e concentração de meios militares em reforço de uma frente de combate no centro da Europa, sendo, no entanto, secundária essa função relativamente a outras posições mais próximas daquela frente, e sobretudo melhor dotadas de portos e aeroportos, com são as ilhas britânicas, a França, a Itália, mas tendo por outro lado, em relação a elas, a vantagem desse afastamento que, em caso de conflito armado de grande intensidade, com as possibilidades de avanço rápido e de grande raio de acção dos modernos sistemas de armas, poderá tornar a Península a principal, se não mesmo a única, posição para desempenho daquela função logística de área de rectaguarda. Uma outra função para a Península, menos importante porque menos decisiva e menos provavelmente necessária, será a de apoio a acções no flanco ocidental do Mediterrâneo, e, ou, no Norte de África. Em qualquer destes casos, os americanos tenderão a encarar a Península como um todo, para o qual as posições da Madeira e das Canárias serão mais ou menos irrelevantes (mas não a do Magrebe) e em que os Açores desempenham um papel suplementar, como ponto de apoio dos fluxos logísticos, mas não são necessariamente parte integrante. As soberanias políticas na Península aparecem como um estorvo, e, evidentemente, as maiores dimensão, capacidade militar, aeroportuária, industrial, da Espanha, dão-lhe com toda a naturalidade o estatuto de parceiro preferido dentro de uma Península que seja vista apenas como apoio geoestratégico daquelas funções.

Os Açores são autonomizáveis, e parece evidente que aos olhos dos americanos o têm sido, dentro desta região. De facto, ao contrário dos outros dois arquipélagos, os Açores têm potencialidades para o controle da área central do Atlântico Norte, e, se controlados por uma Potência inimiga, para ameaçarem a costa Leste do próprio território dos EUA, constituindo por esse facto uma posição que, em termos geoestratégicos, aquela Super Potência pode considerar na linha de fronteira avançada da sua área de Segurança vital. Muitos políticos e estrategos americanos assim pensam de facto e já o têm afirmado. Tem ainda a potencialidade

para um apoio que pode ser decisivo, sobretudo em termos de aerotransporte (já que pode determinar a viabilidade do voo sem reabastecimento aéreo, ou do voo com maior carga útil) nos fluxos de forças entre os EUA e a Europa (função de projecção do Poder no quadro OTAN) ou entre os EUA e os Próximo e Médio Orientes (função de projecção do Poder fora do quadro OTAN). Isto é, nos Açores poderemos facilmente perceber quatro tipos diferentes de funções, duas dentro dos interesses da Aliança, a função de controle do Atlântico Norte (tanto em tempo de Paz, vigilância, como em tempo de guerra, combate) e a função de apoio aos fluxos de forças dos EUA para a Europa (Reforço Rápido), e duas que se podem considerar de interesse exclusivo, ou, principal, dos EUA, que são a de fronteira geoestratégica para aquela Superpotência, e a de apoio aos fluxos de projecção do Poder em áreas de seu interesse (Desenvolvimento Rápido). Os Açores são, assim, de todas as posições geoestratégicas dentro da região Ibero-Magrebiana, a única que tem potencialidades significativas para a intervenção directa no Atlântico Central, para a defesa directa do espaço estadunidense, e para a projecção do Poder dos Estados Unidos na defesa dos seus próprios interesses.

Deste modo, não admira que os EUA tenham a tendência para verem a Península como uma unidade geoestratégica, da qual excluem, ou podem excluir, os Açores. O traçado dos limites dos Comandos Aliados no Atlântico, ao incluírem os Açores no WESTLANT e o resto do território nacional no IBERLANT, parece-nos traduzir com clareza esta visão «dualista» sobre o conjunto do espaço de soberania dos dois estados ibéricos, visão que não separa as funções geoestratégicas consoante as fronteiras, mas sim divide o espaço de um dos Estados, o mais pequeno, juntando-o, amputado, ao Estado maior. Esta visão «dualista», que extrai os Açores do conjunto ibérico, não é contrariada por qualquer preocupação ou interesse directo dos EUA, «nova Potência Marítima», com a divisão de soberanias dentro da Península, ao contrário do que acontecia com a antiga Potência Marítima (Grã-Bretanha), e é confirmada pela preocupação dos americanos em, desde muito cedo (1951) estabelecerem acordos bilaterais de defesa com a Espanha. De facto, sendo Portugal membro fundador da OTAN, e tendo o território continental português, com o arquipélago da Madeira, potencialidades geoestratégicas semelhantes às do território continental espanhol com o arquipélago das Canárias, a necessidade da utilização geo-

estratégica do território espanhol não seria imperiosa, a menos que, sendo considerada a importância de Portugal apenas, ou quase apenas, reduzida aos Açores, e sendo vista a Península como uma única unidade separada dos Açores, naturalmente se procurasse tirar partido do Estado que nessa Unidade dispunha de todos os trunfos principais, infraestruturas, recursos, dimensão, força militar. A célebre ZIC⁽³⁾, atribuindo à Espanha e aos EUA a responsabilidade conjunta pela Segurança numa vasta zona que abrange a totalidade do Espaço nacional português mas não os Açores, aparece, portanto, naturalmente, como materialização objectiva de uma visão geoestratégica americana sobre a Península e os arquipélagos que coincide, no essencial, com a visão dos espanhóis sobre a mesma Península e os arquipélagos, já que para os espanhóis, voltados decididamente para o Norte de África e o Atlântico Sul, os Açores e a sua função ligada ao Atlântico Central não são muito importantes. A ZIC é o revelador desta coincidência, que não pode deixar de reforçar a tendência hegemónica espanhola, e que, na mesma medida, aponta para o apagamento da nossa importância, reduzida a uns Açores geoestratégicamente separados do resto do nosso território.

5. Os interesses portugueses e o «Triângulo geoestratégico»

A existência desta redução da importância nacional, que decorre da separação entre os Açores e o resto do espaço nacional, e da correspondente concepção da Península como uma Unidade geoestratégica *sem Açores*, é que constitui, quanto a mim, o verdadeiro cerne da questão da alteração dos limites do IBERLANT. Essa questão situa-se, pois, na contraposição entre a perspectiva geoestratégica americana, os interesses espanhóis, e os interesses portugueses, dentro da região Ibero-Magrebiana.

Até agora, a defesa dos interesses geoestratégicos portugueses tem-se feito apoiada na tese do triângulo geoestratégico. Ora, o triângulo é uma realidade política, mas não é nem uma realidade geográfica (não há

(3) A «Zona de Interesses Comuns» (ZIC) foi definida pelo tratado de 24 de Janeiro de 1976, entre os EUA e a Espanha, e compreende três sub-zonas, uma das quais, a do Atlântico Oriental, estende-se desde o Norte de África, entre o meridiano 23° longitude Oeste e o paralelo 43° de latitude Norte, abrangendo assim todo o espaço marítimo do triângulo português, com excepção dos Açores.

ligação física entre os três vértices do triângulo, nem os seus lados têm existência geográfica) nem uma realidade geoestratégica que se imponha por si só (não há uma função geoestratégica que assente necessariamente nos três vértices, há é funções que assentam necessariamente num, os Açores, mas podem dispensar os outros dois, ou encontrar alternativas válidas para os outros dois). Assim sendo, para fazer aceitar o triângulo, é preciso fazer aceitar uma doutrina geoestratégica que imponha a necessidade, ou pelo menos, a clara vantagem, de utilizar conjuntamente os três vértices e as linhas que os unem em prol de uma ou mais funções, e, simultaneamente, criar condições militares mínimas que validem, em termos estratégicos, o nexó político dos três vértices, isto é, que permitam a Portugal garantir, perante o eventual principal utilizador do triângulo, que seriam os EUA, capacidade para controlar o espaço por ele definido, ao menos em tempo de Paz, de forma que se aproximasse, num espaço mais restrito que é o nosso, das capacidades que o aparelho militar do outro aliado dos EUA na região, já garantem, num espaço mais vasto, que é o deles. O esforço doutrinário passa pela recusa da tese da Unidade geoestratégica da Península, o esforço de validação estratégica do nexó político passa pela aquisição do aparelho militar adequado às necessidades de Segurança, e às responsabilidades por essa Segurança, no espaço nacional, bem como pela redefinição dos limites do IBERLANT.

6. Discussão dos argumentos contra a alteração

Creio que, neste momento, tendo já aflorado todos os que me parecem mais pertinentes de entre os diversos aspectos deste tema, estaremos em condições de discutir um pouco as vantagens e inconvenientes, para os interesses portugueses, na inclusão dos Açores dentro dos limites do IBERLANT.

A afirmação da irrelevância do problema, ligada à constatação da natureza OTAN, e não nacional, dos Comandos implicados, só é válida nesse plano, no plano de funcionamento da Aliança, que é onde, conforme tentamos esclarecer, o problema não está. Ele está no plano regional, no âmbito das relações entre Portugal, a Espanha e os EUA. Embora se trate de Comandos OTAN, é a influência que a distribuição do espaço

entre eles pode ter nos problemas geoestratégicos e políticos internos à região que está em causa, não a relação desses Comandos entre si e com a OTAN como um todo.

O argumento mais frequentemente repetido contra a vantagem da inclusão dos Açores no IBERLANT tem sido, sem dúvida, o de essa inclusão poder significar — alguns autores afirmam mesmo que significará inevitavelmente — a perda das responsabilidades do IBERLANT no controle dos acessos do Atlântico Sul ao estreito de Gibraltar e ao Atlântico Norte. Baseiam-se, para tal, no facto de abrirmos um precedente ao obtermos a alteração dos limites dos Comandos OTAN para incluirmos todo o espaço nacional no mesmo Comando, precedente esse que se conjugaria com a nossa recusa a que forças militares portuguesas fiquem sob comando espanhol, ao mesmo tempo que mantemos um comandante português no IBERLANT. Tudo isso daria muita força às pretensões espanholas para a criação de um Comando OTAN que incluísse as Canárias e o espaço marítimo até Gibraltar, materializando a parte atlântica do eixo Baleares-Gibraltar-Canárias, Comando esse que seria atribuído a um almirante espanhol, o que, dada a mútua recusa de subordinação de Forças militares aos comandantes do vizinho ibérico, implicaria a ausência de Forças portuguesas nessa zona.

Põem-se aqui várias questões relacionadas mas diferentes: A questão do efeito de arrastamento da alteração dos limites; a questão do comandante do IBERLANT; a questão da subordinação de Forças; a questão das importâncias relativas.

Começaria pela questão da subordinação de Forças, porque é claramente um problema que se põe num quadro mais vasto do que este que estamos a tratar. De facto, é do conhecimento público que os actuais responsáveis políticos e militares espanhóis se têm recusado sempre a aceitar que Forças espanholas sejam atribuídas seja a que Comando OTAN for, e seja qual for a nacionalidade do Comandante desse Comando, já que o princípio que querem impôr é o de que as Forças espanholas estejam sempre sob comando espanhol e só espanhol. Uma das razões para a sua não integração na estrutura militar da Aliança é essa. A posição portuguesa quanto a este ponto é diferente. Portugal está desde o princípio integrado naquela estrutura militar, e aceita que Forças suas sejam atribuídas a comandos com comandantes de outras nacionalidades. Só não aceita que

um Comando OTAN *que incluisse responsabilidades sobre espaço nacional*, como seria, por exemplo, o caso do Comando Ibérico cuja criação foi sugerida por Espanha em 1982, fosse comandado por um espanhol. Portugal poderá certamente aceitar que forças portuguesas fiquem sob comando de um comandante espanhol fora da região Península-Magrebe (na frente europeia, por exemplo), mas já não poderá aceitá-lo dentro dessa região, dado a susceptibilidade especial que, no quadro regional, a pressão hegemónica espanhola suscita. O problema da não subordinação de forças militares de um dos dois países ibéricos a comandantes do outro põe-se, portanto, em bases completamente diferentes para cada um deles. Para a Espanha, é uma questão de princípio, para Portugal é um caso particular, mais ligado à sua vulnerabilidade face ao vizinho poderoso do que à recusa daquela subordinação que poderá aceitar quando não ponha em causa aquela vulnerabilidade. Não é, portanto, pelo facto de o comandante do IBERLANT ser português, nem pelo facto de Portugal recusar que Forças portuguesas sejam comandadas por oficiais espanhóis, que a Espanha não aceitaria que Forças suas fossem atribuídas ao actual IBERLANT, com estes limites, ou com outros.

A questão do facto do comandante do IBERLANT ser português, em vez de americano, não parece, pelo que atrás escrevi, ter influência directa na recusa dos espanhóis em subordinarem Forças suas ao IBERLANT. Essa recusa aconteceria quer num caso, quer noutra. Mas terá influência, certamente, quanto à eventual atribuição de Forças americanas, ou de outros países OTAN, àquele Comando. Essa influência estará intimamente ligada à excessiva fraqueza das Forças portuguesas disponíveis para o IBERLANT. Não será de estranhar que os outros países da OTAN tenham relutância em subordinar Forças suas a um almirante de um país cujo contributo militar para o conjunto dessas Forças seja muito menor que o deles. Isso também se reflectirá, inevitavelmente, na relutância dos EUA em transferirem para o IBERLANT, não propriamente a responsabilidade pela defesa das ilhas dos Açores, o ISCOMAZORES (*), mas sim as

(*) «ISCOM» é a sigla correspondente a «Island Command», designando o Comando militar responsável apenas pela defesa da ilha ou arquipélago.

responsabilidades militares de controle do Atlântico Norte, e de trampolim na projecção de Forças, a partir dos Açores. Nesse sentido, sim, a reclamação do Comando do IBERLANT para um almirante português terá sido um erro, concorrendo para transformar o IBERLANT num «comando desvitalizado» como alguns analistas lhe chamam, desvitalização essa que decorre de não ter Forças, e do facto do comandante ser português dificultar que possa vir a tê-las. A transferência daquelas responsabilidades, que implica a atribuição das respectivas Forças, para o IBERLANT, seria sem dúvida mais fácil se o comandante fosse um almirante americano. Assim, essa transferência será, praticamente, impossível, a menos que Portugal possa participar, de forma credível, no desempenho daquelas responsabilidades.

A questão do «arrastamento» da alteração de limites é condição fundamental para a validade desta linha de argumentação contra a inclusão dos Açores no IBERLANT. Só no caso da alteração dos limites para aquela inclusão vir a implicar a exclusão das Canárias, se porá o problema de considerar o que é mais importante. Ora, longe de ser automático que uma coisa conduza à outra, o que me parece é que é improvável que isso aconteça, ou melhor, que é impossível que isso aconteça, a menos que, e só se, a Espanha aceitar integrar a estrutura militar da OTAN. Como pensar que um Comando OTAN pudesse ser alterado, para criar um novo Comando a atribuir a um país membro que não integra a estrutura militar? Enquanto assim for, a inclusão dos Açores no IBERLANT não implicará nenhuma alteração *na situação actual* das responsabilidades do IBERLANT face aos acessos do Atlântico Sul e aproximações atlânticas ao estreito de Gibraltar. Será, portanto, impossível o arrastamento, e o problema das importâncias relativas nem sequer se põe. Caso porém a Espanha modifique a sua posição face à integração na estrutura militar da Aliança, o que é muito improvável no curto prazo, e pouco provável a médio prazo, então ela certamente viria a reivindicar um comando sobre Gibraltar, e sobre as Canárias, ou em alternativa, a participação no Comando do IBERLANT. Isso aconteceria quer os Açores tivessem, ou não, sido incluídos no IBERLANT, e embora a inclusão dos Açores seja um precedente a dar força a essa possível reclamação espanhola, essa reclamação seria sempre muito forte mesmo sem esse precedente, dado

não só a existência da soberania política, mas, neste caso, sobretudo, dado a apreciável dimensão das Forças aéro-navais espanholas.

A questão das valias relativas dos Açores e das Canárias (ou, mais exactamente, das funções geoestratégicas ligadas àquelas posições) só se põe, portanto, no caso, para já, pouco provável, da Espanha decidir vir a integrar a estrutura militar da OTAN. Mas nesse caso, a «troca» não só valeria a pena, como creio que, ao contrário do que se tem escrito, até seria ainda mais do nosso interesse que do espanhol. E isso por duas ordens de razões.

Em primeiro lugar, a importância geoestratégica dos Açores parece-me bem superior à das Canárias, e as funções de controle do Atlântico Norte e de ligação Europa-América bem mais importantes do que as funções de controle dos acessos do Atlântico Sul para o Norte ou para Gibraltar. Os Açores, como vimos atrás, têm potencialidades geoestratégicas para o desempenho de um feixe de funções importantíssimas, para algumas das quais não existe posição geográfica alternativa, e o seu papel é desempenhado no Atlântico Norte que, em caso de guerra na Europa, será teatro de uma batalha vital, enquanto que as Canárias têm alternativas geográficas para todas as suas pontencialidades, e o seu papel seria desempenhado numa frente de menor importância.

Em segundo lugar, se é verdade que os interesses estratégicos portugueses incluem necessariamente aquela faixa do Atlântico que faz parte do eixo Gibraltar-Canárias, não é menos verdade, obviamente, que os interesses estratégicos espanhóis também incluem essa faixa, bem como o Atlântico face à nossa costa até aos Açores e ao golfo Cantábrico. Além disso, para fazer face a esses interesses, e às responsabilidades deles decorrentes, os espanhóis souberam adquirir os instrumentos militares necessários, o que nós não fizemos, nem estamos fazendo. A situação actual, de responsabilidade portuguesa sem participação espanhola no espaço do IBERLANT, não é, pois, nem justa, nem adequada. Corremos sérios riscos de, mais tarde ou mais cedo, provavelmente já na sequência dos acordos de colaboração que a Espanha está negociando com a OTAN, (em que um dos pontos é a execução de «Operações navais e aéreas no Atlântico Oriental») vermos forças espanholas a assumir responsabilidades no espaço IBERLANT com meios próprios muito superiores aos do IBERLANT nessa área, tirando, pela força *da realidade das coisas*, qualquer importância que este

Comando ainda tenha. Parece-me isso muito mais grave para os interesses portugueses do que a eventual perda de responsabilidades do IBERLANT (que é um Comando OTAN e não português) sobre o eixo Canárias-Gibraltar. Como mais de uma vez tenho referido, o que está em jogo, é a questão da imposição, ou da recusa, de uma hegemonia espanhola na região, e o que é fulcral para conseguir a necessária recusa é o obter-se uma divisão das tarefas e das responsabilidades geoestratégicas. De outro modo, qualquer acordo que sobreponha forças e responsabilidades estratégicas portuguesas e espanholas, apagará a importância portuguesa, por via da enorme desproporção dos respectivos poderes militares. Só a divisão do espaço estratégico pode evitar isso, e é por essa razão que não só nos parece melhor a troca, que seria já vantajosa pela valia relativa do que seria trocado, como até nos parece poder mesmo vir a ser necessária aos nossos interesses.

Um outro argumento que tem aparecido contra a inclusão dos Açores, é a de que não faz sentido, e seria mesmo uma vulnerabilidade nacional, conceder à estrutura militar da Aliança o papel de «agregador da coesão» dos territórios portugueses. Responde este argumento, creio, ao argumento que tem sido avançado por parte dos defensores da transferência, que afirmam ela vir a contribuir para uma maior coesão do território.

A afirmação de que seria uma vulnerabilidade, mesmo até uma irracionalidade, conceder à estrutura militar da OTAN, (ou fosse a que entidade estrangeira fosse), o papel de agregadora do território nacional, merece a minha inteira concordância. Mas não é disso que se trata. A coesão nacional é, como só pode ser, um problema político e social dos portugueses. Quando se fala na conveniência da transferência dos Açores do WESTLANT para o IBERLANT relativamente à coesão nacional, o que se quer dizer, penso eu, não é que tal reforçaria a coesão, mas sim que isso, ao eliminar uma divisão de tarefas e responsabilidades geoestratégicas que passa por dentro do território nacional, dividindo-o, eliminaria um factor que pode potencializar outros factores internos tendencialmente enfraquecedores da coesão. Trata-se pois de um risco a evitar ou eliminar, não de procurar nessa transferência um aumento de coesão, a qual tem de existir e tem de nascer da Vontade Nacional. Mas que pode ser comprometida por factores extra-nacionais, e a separação dos Açores pela divisória IBERLANT/WESTLANT pode ser um desses factores, tanto mais que essa divisão

é feita de uma forma que acentua o desequilíbrio das importâncias geoestratégicas entre uma pequena parcela, os Açores, e o resto do Território Nacional.

Uma outra linha de argumentação tem sustentado a afirmação de que a transferência dos Açores implicaria uma maior dependência relativamente aos EUA, enquanto que os Açores no WESTLANT poderiam funcionar como uma espécie de equilibrador para a pressão hegemónica espanhola.

Aparentemente sedutor, este ponto de vista está, em minha opinião, totalmente errado. É exactamente ao contrário. A situação dos Açores no WESTLANT reforça o peso hegemónico da Espanha. De facto, ao manter os Açores num Comando de comandante seu e sediado nos EUA, os EUA garantem o controle das muito importantes funções da única posição geoestratégica portuguesa que não tem alternativas espanholas, a única das nossas que verdadeiramente lhes interessa, e isso, ainda por cima, não apenas como membro da Aliança, mas também em termos dos seus exclusivos interesses nacionais. Essa garantia da utilização da única posição que verdadeiramente lhes interessa, e esse menor interesse pelo resto do nosso território, permite-lhes ignorar o triângulo português e subalternizar, como têm feito, o IBERLANT, de comandante português, e vazio de forças, onde está o resto do espaço nacional, em proveito de relações militares bilaterais privilegiadas com a Espanha, em quem os EUA vêem a entidade garante da região geoestratégica «Portugal, Espanha, Marrocos, Canárias, Madeira», da qual os EUA tendem a excluir os Açores. Essa é, como já tivemos ocasião de fazer notar, a racional da ZIC, e poderá ser a racional da decisão que os EUA vierem a tomar relativamente às formas de cooperação com a estrutura militar da OTAN propostas pelos espanhóis, no que respeita às operações aéro-navais no Atlântico Oriental.

7. As vantagens da alteração dos limites do IBERLANT

Na realidade, penso que a necessidade da inclusão dos Açores no IBERLANT não é, propriamente, uma questão de coesão do território nacional, nem é, propriamente, uma questão de soberania. Se fosse dessas questões que se tratasse, teriam cabimento os argumentos acerca de se

tratar de Comandos aliados e não nacionais, e de não fazer sentido atribuir a esses Comandos aliados intervenção em problemas exclusivamente nacionais. Não. Penso que a necessidade da transferência dos Açores é uma necessidade real em termos de interesse nacional, por quatro ordens de razões, ligadas entre si, mas diferentes, a primeira das quais, efectivamente, se relaciona de forma directa com as questões da coesão e da soberania.

Trata-se, porém, não da soberania em si mesma, mas sim da afirmação da sua imagem, e não do reforço da coesão, mas sim, como se explicou, do evitar riscos contra ela. De facto, a especial situação de Portugal, tanto no aspecto geográfico (periférico, cercado fisicamente pela Espanha, separado dos seus arquipélagos por grande extensão marítima) como nos aspectos político-económico (pouco desenvolvido, donde desfavorecido face às necessárias interdependências) e político-militar (parceiro numa Aliança de que precisa, mas para a qual o seu contributo mais importante é uma posição geoestratégica em cuja utilização não é capaz de participar suficientemente), faz correr ao nosso país riscos muito elevados de «apagamento» político e de excessivas dependências políticas, económicas e estratégicas, riscos estes que, no interior da região onde nos inserimos, se configuram no perigo da afirmação hegemónica espanhola, o qual pode ser, e estará a ser, potencializado por uma, para nós inconveniente, percepção das realidades político-estratégicas dentro da região por parte dos EUA. A situação de Portugal é, por isso, diferente da de qualquer outro país membro da OTAN, e exige dos portugueses um cuidado especial em tudo o que contribua para chamar a atenção para si próprios, para sustentar a sua própria afirmação internacional. Daí que a imagem da nossa soberania deva ter para nós uma importância muito especial, e que os mais pequenos riscos para a coesão nacional, sobretudo se esses riscos se relacionarem com a ligação aos arquipélagos, já vulnerabilizados pela distância geográfica, devam ser por nós cuidadosamente evitados. O facto de o território português estar dividido por dois Comandos OTAN não teria a mínima importância, se não fosse aquela especial situação, os riscos que dela decorrem, a aguda necessidade de maior afirmação e de máxima coesão que eles impõem, e essa divisão, por sua vez, seria menos gravosa, mesmo assim, se fosse feita de outro modo em vez de separar apenas um dos arquipélagos, e logo o mais afastado e o mais atlântico, como se reduzisse a essencialidade atlântica de Portugal

aos Açores. A alteração dos limites do IBERLANT reforçaria pois a *imagem* da soberania portuguesa e diminuiria riscos para a coesão do território nacional.

Uma segunda ordem de razões para que deva ser considerada vantajosa a inclusão dos Açores no IBERLANT reside no facto dessa transferência constituir como que a confirmação da dimensão atlântica de Portugal. Portugal e a Espanha são ambos membros da mesma aliança e ambos partilham a Península Ibérica, mas distinguem-se por vocações geoestratégicas com raízes tanto na história como na geografia. A Espanha tem tido um pendor continentalista, tem sido mais mediterrânica que atlântica, assume responsabilidades e interesses na charneira quase terrestre euro-africana, e na ligação euro-latino-americana. Portugal tem sido sempre exclusivamente marítimo e atlântico, e o seu papel na ligação com outros continentes tem sido nas longas distâncias, e muito diversificado, incluindo largos contactos com a África do Sul do Magrebe, com a América Latina mas também com a do Norte, e com o Extremo Oriente. Na Península, hoje, na actual situação das relações internacionais, e na óptica do problema que estamos estudando, Portugal e Espanha distinguem-se sobretudo pela maior vocação atlântica e maior profundidade dessa dimensão atlântica por parte de Portugal. A Espanha sobram outras vocações, como a mediterrânica, ou a articulação com o Magrebe, que a Portugal pouco dizem. Ora, na situação peculiar de Portugal face à Espanha, na nossa imperiosa necessidade de afirmação internacional, é muito importante acentuar tudo o que nos distingue da Espanha. O sublinhar da nossa dimensão atlântica vai nesse sentido, e esse sublinhar é, parece-nos evidente, um dos resultados da transferência dos Açores.

Esse pôr em destaque das diferentes vocações geoestratégicas resulta também da afirmação do nosso triângulo geoestratégico, símbolo da nossa vocação decidida e profundamente atlântica, do mesmo modo que o eixo Baleares-Gibraltar-Canárias é, de certo modo, o símbolo da maior vocação mediterrânica e euro-magrebiana da Espanha. Triângulo esse cuja aceitação internacional como uma realidade geoestratégica também actua no mesmo sentido de potencialização da imagem de plenitude de soberania e de coesão sobre a totalidade do espaço nacional.

Ora, como tive oportunidade de argumentar, a validação do triângulo como realidade geoestratégica, uma vez que essa realidade não é um dado

em si mesmo, depende de uma acção no campo teórico e doutrinário que contrarie a tese da Unidade geoestratégica da Península, depende da aquisição de maior capacidade militar aéro-naval que preencha minimamente o vazio de Poder dentro dele, e depende também de um esforço político, que actue no sentido de reforçar a única realidade do triângulo que actualmente é efectiva, a ligação política, de forma a que esse reforço político conduza à imposição da ligação estratégica entre os três vértices. A reclamação da inclusão da totalidade do triângulo dentro do mesmo Comando OTAN insere-se, com naturalidade, nesse esforço político.

Uma terceira ordem de razões para conveniência da reunião da totalidade do espaço nacional no mesmo Comando OTAN, é a de que essa reunião potencializa a utilização estratégica dos nossos escassos meios (forças) militares. As forças terrestres, e os meios e forças aéreas de apoio que lhes são indissociáveis (na guerra moderna não são pensáveis forças de superfície, terrestre ou naval, sem a correspondente cobertura aérea), estão, em Portugal, naturalmente voltadas para a defesa do território nacional e para a colaboração no principal esforço militar aéro-terrestre da Aliança, que é centralizado no ACE, ao qual temos, e muito bem, comprometidas algumas das nossas Forças militares terrestres, e aéreas de apoio ao combate terrestre. Nesta zona, que não tem implicações directas com os problemas de afirmação política que temos vindo a referir como existindo na região Ibero-Magrebiana, é realmente indiferente que as forças aéro-terrestres portuguesas estejam concentradas num só sub-Comando (o Comando Sul) ou sejam distribuídas por vários. Completamente diferente é a forma como o mesmo problema se põe para as Forças Aéro-Navais portuguesas. Estas estão, naturalmente também, voltadas para a defesa do espaço aéreo, e aero-naval, do Estado português, bem como para a colaboração com o esforço aero-naval da Aliança, centralizado no ACLANT, ao qual pertencem, entre outros, os Comandos subordinados IBERLANT e WESTLANT. Mantendo os Açores no WESTLANT, parte das escassas forças aero-navais portuguesas terão que estar comprometidas na área deste Comando, tornando ainda mais vazio o IBERLANT, cuja responsabilidade principal é nossa. Inversamente, a inclusão dos Açores no IBERLANT colocaria as Forças portuguesas que por imperativo de soberania aí têm sempre que estacionar, também sob controle do IBERLANT, potencializando assim o aproveitamento dos nossos já demasiadamente

escassos meios militares disponíveis para acções no Atlântico, ao concentrá-los num só Comando, aquele cuja sede está em território nacional, cujo comandante é um almirante português, e cuja responsabilidade principal, pelo menos em tempo de Paz, incumbe a Portugal.

Por último, nesta linha de enumeração de vantagens para Portugal na inclusão dos Açores dentro do IBERLANT, referiria o aumento da capacidade de fazermos valer a razão dos nossos interesses junto dos EUA. A colocação integral dos Açores, com todas as Forças que neles estão sediadas e todas as missões OTAN que lhes são adstritas, valorizaria enormemente o IBERLANT, que deixaria de ser um «Comando desvitalizado», mas penso que tal não será possível sem que o Comandante deste Comando volte a ser um almirante americano. Se isso acontecesse, creio que não prejudicaria Portugal, pelo contrário, pois o Comando continuaria a estar em Oeiras, o 2.º Comandante poderia muito bem ser português, e *todo* o espaço nacional ficaria dentro do mesmo Comando OTAN, o qual teria as missões extremamente importantes, tanto em tempo de Paz, como de Guerra, que dependem dos Açores. Para além das vantagens todas já referidas, designadamente as ligadas ao reforço da imagem de soberania, à nossa imagem atlântica, e à validação do triângulo geoestratégico, teríamos aberto grandes probabilidades de convencer os americanos a apostarem mais decididamente nas posições geoestratégicas da Madeira e do território continental português, em vez das alternativas espanholas e marroquinas. A eventual perda futura das Canárias para um hipotético Comando OTAN com comandante espanhol não prejudicaria então, em nada, a força e a importância do IBERLANT, já que os Açores valem, geoestrategicamente, bem mais do que as Canárias, conforme tive já oportunidade de referir. E, além disso, para esse novo comando poder ser criado, os espanhóis seriam obrigados a aceitar a integração plena na estrutura militar da OTAN, o que, julgo, também seria conveniente para os interesses portugueses na região Ibero-Magrebiana. Por tudo isto, a colocação plena dos Açores no IBERLANT aumentaria a capacidade efectiva de influência política de Portugal face aos EUA, diminuindo ao mesmo tempo a capacidade de Espanha para se afirmar «responsável regional» pela Defesa militar de toda a zona que ela própria delimita e define como sendo a de seu interesse estratégico, e que abrange o nosso espaço nacional.

A colocação parcial dos Açores, no IBERLANT, apenas como ISCOMAZORES, como parece ter sido a decisão tomada em 1988, continuando as Forças dos EUA neles sediadas, bem como as respectivas missões, no âmbito do WESTLANT, é uma solução muito menos interessante, que não traz algumas das vantagens que temos listado, e que reduz substancialmente as outras, saldando-se por uma situação apenas ligeiramente melhor do que a dos Açores inteiramente no WESTLANT. Os efeitos de «imagem» de soberania sobre o total do TN serão obtidos quase na mesma... O facilitar da aceitação do nosso triângulo geoestratégico pela Aliança não será tão conseguido como no caso anterior mas, apesar de tudo, sê-lo-á um pouco mais do que com os Açores integralmente no WESTLANT. A eventual «perca» das responsabilidades estratégicas sobre a zona das Canárias continuaria a não diminuir a importância do IBERLANT, já que a falta de importância deste Comando é toda devida à sua falta de Força Militar, e, em termos de posições estratégicas, continua a ser maior o interesse dos Açores, mesmo apesar destes serem reduzidos às ilhas em si e às forças portuguesas nelas estacionadas, permanecendo as forças americanas e as importantes responsabilidades e missões que elas desempenham adstritas ao WESTLANT. De facto, as Canárias num IBERLANT sob comandante português não poderão nunca ser senão um enclave num mar «vazio» de Forças, dado que os espanhóis não aceitam Forças militares suas sob comando estrangeiro. Aliás, os acordos que esta situação não só permitirá, mas até imporá, que se estabeleçam, mais tarde ou mais cedo, entre as Forças militares espanholas e os Comandos Atlânticos da OTAN, serão sempre perigosos para a «imagem» da nossa soberania, dado que, ou veremos Forças militares espanholas em todo o IBERLANT, ou vê-las-emos na zona do eixo estratégico entre Gibraltar e as Canárias, passando sempre, em qualquer dos casos, a ser a Espanha o principal interlocutor para a OTAN em toda esta zona que abrange o espaço nacional, por imperativo do seu efectivo Poder militar. Também neste caso, a colocação dos Açores, mesmo só como ISCOM, no IBERLANT, abre caminho para a saída das Canárias, o que implicaria a criação dum novo comando OTAN, com espanhóis, obrigando à entrada destes para a estrutura militar, conduzindo a uma mais clara divisão das tarefas e responsabilidades estratégicas no Atlântico Ocidental, diminuindo assim a pressão hegemónica espanhola sobre o nosso país.

Por outro lado ainda, e voltamos à questão da maior ou menor capacidade para fazer aceitar os nossos pontos de vista pelos nossos aliados americanos, a colocação dos Açores apenas como ISCOM no IBERLANT, mesmo fazendo deste Comando um espaço português, (um PORTLANT, como irónicamente já lhe foi chamado) vazio de Poder, e aceitando, embora, a ambiguidade da ligação ao WESTLANT pelas Forças americanas baseadas nos Açores, e pelas respectivas missões, não diminuirá a actual capacidade de efectiva influência política do nosso país relativamente aos EUA. Pelo contrário, poderá aumentá-la um pouco, pela consolidação da «imagem» de soberania nos Açores, e pela clarificação do nexu político-estratégico entre as três parcelas territoriais do nosso triângulo estratégico, contribuindo também para a imposição da imagem de Portugal como agente geoestratégico profunda e exclusivamente Atlântico, e por isso bem distinto da Espanha, e, sobretudo, contrariando a ideia de que os espanhóis possam ser considerados os «gendarmes», ou responsáveis regionais, pela Defesa militar de *toda* a zona do seu interesse estratégico, que abrange o nosso espaço nacional.

8. *Algumas conclusões*

Em suma, creio podermos afirmar que a integração dos Açores apenas como ISCOMAZORES no IBERLANT não produz todas as potencialidades de uma integração completa, mas, mesmo assim, corresponde melhor aos interesses nacionais do que a anterior situação, com os Açores completamente no WESTLANT. Parece-me também claro que a solução desejável, para Portugal, seria a integração plena dos Açores, com as Forças norte-americanas e as missões estratégicas que lhe estão confiadas, no IBERLANT. As vantagens dessa integração plena, que tentei pôr em relevo, justificariam um persistente e acentuado empenho do Governo português que, no mínimo, deverá, em nossa opinião, fazer depender dela a futura aceitação, por Portugal, de qualquer cedência no IBERLANT relativamente à Espanha, utilizando a integração plena como contrapartida que, não só compensaria amplamente a perda de responsabilidades daquele Comando na zona do Atlântico correspondente ao eixo Gibraltar-Canárias, como até corresponderia aos interesses portugueses ao clarificar

a divisão de tarefas e responsabilidades estratégicas entre os dois Estados peninsulares.

Parece-me também muito provável que aquela integração plena não seja possível sem que o IBERLANT passe a ser comandado por um almirante dos EUA. Julgo que será um preço que valeria bem a pena pagar. Outra condição muito importante será a aquisição, por Portugal, de um Poder militar aero-naval que deixe de ser insignificante. Esta condição, aliás, não limita apenas as possibilidades de virmos a obter satisfação no que respeita a uma futura integração plena dos Açores no IBERLANT, ela limita também, totalmente, qualquer hipótese de retirarmos importância política das responsabilidades estratégicas que já temos naquele Comando. Assim sendo, parece-me que corresponde de facto ao interesse nacional a aquisição de uma capacidade militar minimamente adequada e suficiente para o exercício daquelas responsabilidades, e que será urgente fazê-lo.

Por último, na base, quer do empenhamento do Governo, quer da disposição para aceitar os sacrifícios de um maior investimento no aparelho militar, estará a obtenção de um verdadeiro consenso nacional sobre as questões gerais da Defesa e da Estratégia nacionais, consenso esse que, por sua vez, é também outra condição, e não das menores, para que a percepção americana da definição geoestratégica da Península, e da Região onde se insere, se aproxima mais daquela que defende melhor os nossos interesses. A obtenção desse consenso, que não poderia ser mais urgente, passa por uma discussão alargada, franca, e aberta, dos problemas, dos conceitos, das doutrinas. Este trabalho pretende ser uma contribuição nesse sentido.

Fevereiro/Março de 1989

Raul François Martins

Cmdt do Corpo de Tropas Pára-quedistas
Brigadeiro Pára-quedista